



**JUSTIÇA
GLOBAL**



Relatório Anual 2024

EXPEDIENTE

Relatório anual de atividades da Justiça Global de 2024.

Publicado em dezembro de 2025.

Redação: Daniela Fichino e Caroline Cavassa

Revisão: Emily Maya Almeida e Gláucia Marinho

Projeto Gráfico: Natalia Kleinsorgen

Foto da capa: Marcelo Camargo/EBC

Equipe Justiça Global 2024

Antonio Neto, Daniela Fichino, Daniele Duarte, Eliete Jesus, Emily “Maya” Almeida, Francisca Moura, Gláucia Marinho, Isabel Lima, Leidiane Moreno, Lourdes Deda, Luna Ribeiro, Melisanda Trentin, Monique Cruz, Raoni Dias, Rudá Oliveira, Ruggeron Reis, Sara Costa, Thais Gomes, Sandra Carvalho.



Avenida Presidente Wilson, 165, Sala 1108
CEP: 200030-020 - Centro, Rio de Janeiro-RJ
contato@global.org.br
+55 21 2544 2320
justicaglobal.org.br



Foto: iStock

Nós somos a Justiça Global.

Uma organização brasileira que há mais de 25 anos atua na defesa e promoção dos direitos humanos, enfrentando a violência institucional e corporativa, sempre lado a lado de movimentos sociais, comunidades e defensoras e defensores de direitos humanos. Com coragem para dialogar em diferentes eixos estratégicos, buscamos promover mudanças estruturais, fortalecer a democracia e ampliar a justiça socioambiental.

Nossa trajetória é marcada pelo compromisso com a luta antirracista e pela equidade de gênero, sempre próximos daqueles que sofrem violações em todo o território brasileiro.

Construímos redes de solidariedade e conhecimento que cruzam fronteiras, conectando lutas locais a dimensões globais. Sabemos que cada violação é sintoma de desigualdades mais profundas e, por isso, buscamos novos olhares para transformar a realidade e garantir que vozes sejam ouvidas e direitos efetivados. Nesse caminho, também recorreremos a mecanismos internacionais de direitos humanos, não como fim em si, mas como parte de uma estratégia maior para potencializar as resistências e conquistas coletivas.

Transformando lutas locais em caminhos globais.

Justiça Global, 25 anos. Coragem para sonhar. Ação para transformar.

Em 2024, a Justiça Global completou **25 anos de atuação firme e transformadora na defesa dos direitos humanos**. Um marco que nos convida a olhar o passado com gratidão e projetar o futuro com ousadia. Inspiradas pela coragem de quem nos antecedeu, seguimos com os olhos voltados para os desafios do presente e as possibilidades de reinvenção.

Este ano simbolizou o fechamento de um importante **ciclo de transição institucional iniciado em 2022**, com transformações profundas em nossa governança, direção executiva, estrutura organizacional e identidade visual. Essas mudanças são reflexo do nosso **compromisso com uma atuação cada vez mais plural**, antirracista, feminista e enraizada nos territórios e saberes diversos.

A nova Diretoria Executiva, composta por **Glaucia Marinho** como diretora-executiva e **Daniela Fichino** e **Daniele Duarte** como diretoras-adjuntas, representa essa renovação com força e coerência. Glaucia assumiu a direção executiva no lugar de **Sandra Carvalho**, fundadora e referência na defesa dos direitos humanos no Brasil e que permanece como coordenadora de programa — ao lado de **Isabel Lima**, **Melisanda Trentin**, **Monique Cruz** e **Lourdes Deda** — garantindo a continuidade crítica da memória institucional e o fortalecimento de uma liderança colegiada.

Também reconfiguramos nossa estrutura de governança. A presidência do Conselho Deliberativo passou a ser ocupada por **Cristiane Faustino**, feminista negra, defensora da justiça socioambiental e diretora do Instituto Terramar. A vice-presidência foi assumida por **Andressa Caldas**, que retornou à casa após mais de uma década de atuação junto à Justiça Global e que hoje dirige o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul.

O Conselho se completa com **Alexandra Montgomery**, advogada e especialista em advocacy internacional, e **Roberto Monte**, fundador da organização e defensor incansável da memória popular e dos direitos humanos. No Conselho Financeiro estão **Nadejda Marques**, doutora em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha) e uma das fundadoras da Justiça Global, e **Paula Maíran**, jornalista e defensora de direitos humanos. No Conselho Consultivo, foi nomeado **Mikael Carvalho**, jornalista e coordenador-geral da Justiça nos Trilhos. Esse grupo terá mandato até 2027.

Fechamos esse ciclo de renovação com o lançamento de uma nova marca institucional, acompanhada da **reestruturação da equipe e dos produtos de comunicação**, que expressam os valores que construímos coletivamente ao longo de nossa trajetória. A **nova identidade visual** sintetiza o compromisso com uma justiça popular, descolonizadora e transformadora — uma justiça que se faz a partir dos territórios e da construção coletiva de saberes e práticas.

A nova marca não é apenas uma mudança estética. É uma afirmação: somos hoje uma organização ainda mais enraizada, conectada e corajosa. Seguimos sonhando e fazendo. **Com coragem para imaginar o impossível. E ação concreta para transformar o presente.**

1. Fazer da justiça uma realidade possível



Fazer é verbo de ação. E para a Justiça Global, é também direção, compromisso e prática cotidiana. Ao longo desses 25 anos, reafirmamos nosso papel ativo na construção de um horizonte de justiça — social, racial, climática, de gênero — em que os direitos não sejam promessas distantes, mas **realidades concretas na vida das pessoas.**

Essa justiça que buscamos **não é apenas um ideal jurídico:** é a materialização de mudanças sociais profundas, que desafiam as estruturas de violência, opressão e desigualdade no Brasil e na América Latina. Cada caso acompanhado, cada denúncia internacional, cada formação realizada ou rede articulada é parte de uma ação coordenada para **fortalecer a democracia, garantir a reparação e prevenir novas violações.**



215, PORTARI
PL 1610
NÃO
ISSO É MORTE

ESTADO
BRASILEIRO
ANTI INDIGENAS

Foto: Mario Campagnani



Foto: Ana Mendes/ ISA

Para tornar essa missão possível, a Justiça Global se organiza hoje em quatro programas estratégicos:

PROTEÇÃO DE DEFENSORAS/ES DE DIREITOS HUMANOS E DA DEMOCRACIA

Desde a sua fundação, a Justiça Global atua para fortalecer e proteger aquelas e aqueles que sustentam, com seus corpos e vozes, a luta por direitos.

Em um país marcado por ataques sistemáticos a defensoras/es de direitos humanos (DDHs), desenvolvemos ações de incidência, monitoramento e formação, com metodologias próprias de Proteção Integral, articuladas a estratégias de cuidado, segurança digital, apoio jurídico e fortalecimento político.

Conduzimos oficinas, produzimos diagnósticos e contribuimos com o desenvolvimento de políticas públicas de proteção, sempre em articulação com movimentos sociais e organizações parceiras. Acreditamos que a defesa da vida e da liberdade de atuação política das pessoas defensoras de direitos humanos é um pilar inegociável da democracia.

JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA

A crise climática e socioambiental é também uma crise de direitos humanos. No Brasil, ela atinge de forma desproporcional moradores de favelas e periferias e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e camponeses, que resistem à lógica da exploração predatória conduzida por grandes empresas e o Estado.

A Justiça Global atua para denunciar as violações causadas por megaprojetos e por setores como mineração, agronegócio e petróleo. Defendemos o direito ao território, à autodeterminação e à participação efetiva das comunidades afetadas nas decisões que impactam seus modos de vida.

Nossas ações buscam consolidar uma perspectiva de justiça climática e transição energética que incorpore as dimensões de raça, gênero e classe, reconhecendo o papel central dos saberes tradicionais e a urgência de responsabilização das empresas e do Estado brasileiro pelos danos causados.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Enfrentar o racismo estrutural no sistema de justiça criminal e na segurança pública é uma tarefa central para a Justiça Global. Por isso, nosso programa atua com foco na crítica e superação das práticas de violência estatal, como execuções, tortura, prisões em massa e superencarceramento de pessoas negras e periféricas.

Realizamos pesquisas, acompanhamos casos emblemáticos, construímos **articulações com familiares de vítimas e movimentos sociais**, e incidimos sobre políticas de segurança pública. Nossa aposta é no desencarceramento, no fim da violência policial, na reparação integral e no fortalecimento das capacidades de organizações, movimentos sociais e familiares das vítimas da violência estatal e sobreviventes do sistema prisional na luta contra as violações dos direitos humanos e na promoção da justiça e prevenção de futuros abusos.


JUSTIÇA INTERNACIONAL

Nosso trabalho conecta lutas locais a mecanismos internacionais, tornando visível aquilo que, muitas vezes, é invisibilizado no plano interno. Atuamos junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas (ONU), utilizando os sistemas internacionais de direitos humanos como ferramentas de **pressão, reparação e transformação estrutural**.

As denúncias que levamos a esses espaços não são fins em si mesmos: são instrumentos estratégicos para mobilizar o Estado, garantir respostas às comunidades afetadas e criar precedentes que ampliem a força dos direitos humanos na região.

Cada um desses programas atua de forma articulada, integrando saberes, estratégias e alianças. É assim que transformamos luta em política, denúncia em reparação, e resistência em projeto de futuro. **Fazer da justiça uma realidade possível é o que nos move — todos os dias, em todos os territórios, por todas as vidas.**





2. A mudança como ação coletiva

NOSSOS PARCEIROS NESTA CAMINHADA

A Justiça Global acredita que a transformação social não se faz sozinha. Nossas conquistas, denúncias e estratégias nascem e **se fortalecem no encontro** com outras vozes e organizações comprometidas com a construção de um mundo mais justo.

Ao longo de nossa trajetória, apostamos no diálogo e na atuação coletiva com movimentos sociais, organizações locais, nacionais e internacionais, com quem construímos ações de resistência, visibilidade e mobilização. Juntos, tornamos mais potentes as lutas por reparação, democracia, justiça ambiental e fortalecimento dos direitos humanos.

Somos guiadas pelos princípios da **autonomia, transparência, publicidade e respeito à dignidade humana**, sempre abertas à mobilização em torno de pessoas, grupos e comunidades que enfrentam violações de seus direitos.

FORTALECIMENTO DE MOVIMENTOS SOCIAIS: O “CNPJ SOLIDÁRIO”

Uma das expressões mais concretas de nosso compromisso com a construção coletiva é a ação que carinhosamente chamamos de CNPJ Solidário: uma **estratégia de apoio institucional e político a grupos que atuam na base**, mas que ainda não possuem estrutura formalizada.

Nesse modelo, a Justiça Global atua como **agente fiscal para coletivos e movimentos que captam recursos** para suas atividades, oferecendo suporte administrativo e contábil. Isso inclui a gestão de prazos e contratos, a elaboração de relatórios financeiros, a formação e capacitação em áreas de gestão, prestação de contas e sustentabilidade organizacional.

Mais do que um instrumento burocrático, o CNPJ Solidário é uma **aposta na autonomia e sustentabilidade de movimentos sociais e entidades** que não estão constituídas como pessoa jurídica, especialmente de iniciativas que emergem de territórios e populações historicamente vulnerabilizadas.

NÚMEROS QUE MOSTRAM O IMPACTO

Nos últimos
5 anos

34

**INICIATIVAS
APOIADAS**

Somente
em 2024

5

**PROJETOS
EXECUTADOS**

5

**APOIOS EM
AÇÕES LOCAIS**

6

**MOVIMENTOS/
COLETIVOS
ENVOLVIDOS**

3

**DOADORES
PARCEIROS**

ATUAÇÃO EM REDE: PRESENÇA E COMPROMISSO POLÍTICO

Participar de redes, fóruns e coalizões é parte essencial da estratégia política da Justiça Global. Essas articulações ampliam a incidência política, potencializam as vozes da sociedade civil e constroem alianças para resistir a retrocessos e avançar na luta.

Estamos presentes em diversas articulações nacionais e internacionais. Destacamos:

- Agenda Nacional pelo Desencarceramento;
- Aliança pela Volta Grande do Xingu;
- Articulação Internacional dos Atingidos e das Atingidas pela Vale (AIAAV);
- Coalizão da ADPF das Favelas (ADPF 635);
- Coalizão Negra por Direitos;
- Coalizão pela Socioeducação;
- Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos;
- Comitê Justiça Por Marielle e Anderson;
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração;
- Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Rede-DESC);
- Plataforma de Recolocação Temporária da União Europeia (EUTRP);

- Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH);
- Fórum Popular de Segurança Pública do Rio de Janeiro (FPOPSEG);
- Fórum Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas;
- GT Corporações;
- Movimento Escazú Brasil;
- Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT);
- Plataforma Dhesca Brasil;
- Plataforma RPU – Coletivo RPU Brasil;
- Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA);
- Rede Justiça Criminal (RJC);
- Stop Corporate Impunity;
- Treaty Alliance.

A mudança que buscamos só é possível porque caminhamos em coletivo. Porque aprendemos com as experiências, resistências e saberes de tantas organizações e comunidades com as quais partilhamos nossos caminhos. A ação coletiva é a base da nossa força. É o que sustenta nossa coragem de seguir lutando — e sonhando — por um futuro mais justo.

A Justiça Global também atua para o **fortalecimento e ampliação dos espaços de participação social**, essenciais para a consolidação da democracia no Brasil.



Arquivo/Justiça Global

Em 2024, estivemos presentes no:

- Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
- Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH);
- Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta;
- Conselho Nacional de Direitos Humanos:
 - Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais;
 - Grupo de Trabalho sobre empresas e direitos humanos.

AVANÇOS INSTITUCIONAIS

Após uma elaboração conduzida com cuidado e transferência, o ano em que a Justiça Global completou 25 anos veio temperado com mudanças organizacionais

significativas para a instituição, fortalecendo sua atuação e capacidade de mobilização.

REBRANDING E FORTALECIMENTO DA COMUNICAÇÃO

Em fevereiro de 2024, apresentamos a **nova identidade visual** da organização e um **novo site**, mais completo e acessível, com uma abordagem mais inspiradora para a luta pelos direitos humanos.

A nova marca traz mais cores, comunicando melhor as diversas camadas e dimensões da nossa atuação: a luta (vermelho), a energia (laranja), a profundidade (verde-musgo), a escuta ativa (salmão), a serenidade (verde-menta), a leveza (branco) e o trabalho com base em evidências e fatos (o preto).

O novo branding organizou nossos valores e nosso propósito: o de **fazer da justiça uma realidade possível**. E nossa posição criativa, tanto em relação à nossa história, quanto ao futuro: **o que pode ser**

imaginado pode ser criado. De forma obstinada, corajosa, leal e estratégica.

O lançamento veio acompanhado da elaboração de um plano estratégico de comunicação, que inclui a ampliação e qualificação da nossa presença nas mídias sociais e a elaboração de novos produtos, como a newsletter mensal, o boletim “Lutas globais, caminhos locais”.

Mesmo com o aumento do número de pessoas e instituições ligadas aos direitos humanos, nosso espaço na imprensa aumentou em 2024. Foram 67 publicações em veículos com alto e médio índice de audiência, entre canais de TV, jornais, portais de notícias, colunas políticas e podcasts.

REESTRUTURAÇÃO INTERNA E O CUIDADO DA EQUIPE E AMBIENTE DE TRABALHO

O lançamento veio após a consolidação da reestruturação de governança, que incluiu novos fluxos de captação de recursos, incluindo uma plataforma de doação acessível a pessoas físicas, além da adoção de um sistema interno de avaliação e feedbacks anuais. Por fim, foi elaborado ao longo do ano o Programa de Integridade da Justiça Global, para prevenir assédio moral e sexual, com a criação de canais de denúncia e protocolos de apuração.

MAIS FUNCIONÁRIOS E DIVERSIDADE

Aumentamos em mais de 20% o número de funcionários entre 2023 e 2024. Avançando na Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional, adotado em 2022, a equipe da Justiça Global hoje contém 17 pessoas na equipe fixa, das quais 9 se autodeclaram negras.

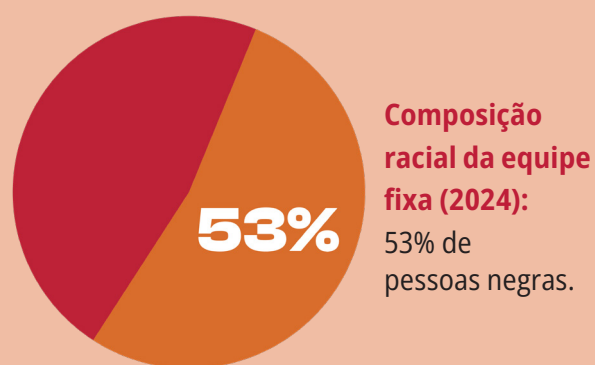




Foto: Emily Mayal/JG

3. Abrir caminhos é abrir diálogos

NOSSAS AÇÕES EM 2024

As ações da Justiça Global em 2024 traduzem nosso compromisso com a construção de **um país onde a vida, a dignidade e a democracia sejam prioridades**. Atuamos na defesa da justiça climática, na proteção de defensoras e defensores de direitos humanos, contra a violência institucional, no enfrentamento ao racismo, ao machismo e a todas as formas de opressão. Os marcos deste ano revelam a amplitude e a coerência de **uma agenda voltada ao fortalecimento democrático, à defesa dos territórios e à promoção de novas formas de fazer justiça**.

PROTEÇÃO DE DEFENSORAS/ES DE DIREITOS HUMANOS E DA DEMOCRACIA

PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO A DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

A Justiça Global **participou ativamente do Grupo de Trabalho Técnico Salles Pimenta**, responsável pela elaboração do novo Plano Nacional de Proteção a Defensoras/es de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas,

entregue ao Ministério dos Direitos Humanos e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos. O plano propõe uma política baseada em três eixos fundamentais: proteção estatal e popular, acesso a direitos e responsabilização de agressores. Além disso, foi apresentado um anteprojeto de lei que sistematiza a proteção como política de Estado.

CONDENAÇÃO DOS ASSASSINOS DE MARIELLE E ANDERSON

Após seis anos e sete meses de luta, o 4º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro condenou os assassinos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. **A Justiça Global contribuiu ao longo dos anos para que pudéssemos chegar, enfim, ao primeiro desfecho que marca a história da luta contra a violência política de gênero e raça no Brasil**. Essa decisão representa um passo importante na busca por justiça e por respostas para tantas outras famílias atingidas pela violência do Estado — muitas das quais eram apoiadas por Marielle em sua trajetória.

CONSELHO DELIBERATIVO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO

Em 2024, a Justiça Global passou a compor o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Defensoras/es de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (Condel-PPDDH), coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos. A participação da organização fortalece a articulação entre sociedade civil e poder público na implementação, fiscalização e avaliação da política nacional de proteção, bem como no acompanhamento dos casos de defensoras e defensores sob a proteção do Estado.

20 ANOS DO COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DH

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, composto por 48 organizações e

movimentos sociais, comemorou duas décadas de luta. **Nossa organização é uma das fundadoras e compõe o “Grupo Animador” do Comitê**, uma rede que atua para o fortalecimento da política pública de proteção, para o apoio emergencial a defensoras e defensores ameaçados, e realiza missões programadas ou emergenciais para realizar diligências em contextos de graves ameaças e ataques.

PROTEÇÃO A DEFENSORES AMBIENTAIS DO BRASIL, PERU, COLÔMBIA E MÉXICO

Atendendo a pedido feito por nós e por outras organizações da América Latina, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) realizou audiência regional para discutir os recorrentes ataques sofridos por defensores e defensoras ambientais. A agenda fez parte do calendário de audiências



públicas do 190º Período de Sessões, em julho de 2024. que ocorreu de forma virtual e presencial em Washington (EUA).

MONITORAMENTO E LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL

Diante de um cenário cada vez mais violento nos espaços políticos, seja nos parlamentos ou nas disputas eleitorais, a Justiça Global e a Terra de Direitos lançaram, em 2024, a **terceira edição da pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil**. A primeira publicação ocorreu em 2020, mas a série histórica documenta casos desde 2016. Os dados levantados foram destacados em diversos veículos de imprensa (como O Globo, Valor Econômico, Veja, Folha de São Paulo, Rádio Tupi, Brasil de Fato, g1, Agência Brasil e outros). Também foram mencionados em debates sobre o tema em casas legislativas estaduais, incluindo os achados sobre recortes de gênero e raça encontrados.

PRIMEIRA CONDENAÇÃO POR ATO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro condenou o deputado estadual Rodrigo Amorim (União Brasil-RJ) por violência política de gênero contra a vereadora Benny Brioli (Psol-RJ), num **caso denunciado por nós e por outras organizações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)**. Em um discurso no parlamento em 2022, Amorim

ofendeu Benny – primeira pessoa trans a ocupar um mandato no estado do Rio e hoje inserida no Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.

CEPI: A CASA DE ACOLHIMENTO E REALOCAÇÃO TEMPORÁRIA DA JUSTIÇA GLOBAL

O Centro de Proteção Integral (CEPI) é um projeto de Justiça Global que oferece realocação temporária e abrigo para defensores/as de direitos humanos que trabalham na América Latina e estão em situação de risco de vida, emergência ou estresse extremo devido ao seu trabalho político. O objetivo é proporcionar um espaço seguro e confortável para que essas pessoas possam se proteger, se recuperar, planejar seus próximos passos e continuar a atuar.

A Justiça Global mantém o CEPI desde 2022, e a seleção de defensoras e defensores é feita por meio de editais públicos, com candidaturas referendadas por organizações e entidades que acompanham a sua luta em seu território. O foco em 2024 e 2025 é a recepção de pessoas da América Latina, ampliando as redes de articulação em meio aos desafios de âmbito regional para os direitos humanos.



JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

A Justiça Global tem atuado de forma estratégica para que a transição energética no Brasil **não repita os mesmos padrões de violência e racismo ambiental que historicamente marcam os grandes projetos de infraestrutura**. Um exemplo emblemático é o caso do projeto **porto-ferroviário Grão-Pará Maranhão (GPM)**, que prevê ainda a construção de uma estação de energia verde.

O GPM, previsto para se instalar na Amazônia Legal brasileira, impacta diretamente a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses e ameaça 87% do território quilombola da Ilha de Cajual, em Alcântara, além de atingir 21

municípios, 16 assentamentos de reforma agrária e 6 terras indígenas — quatro delas com a presença de povos indígenas em isolamento voluntário.

Em 2024, a Justiça Global realizou um seminário em São Luís (MA) e um intercâmbio em Alcântara (MA) com comunidades atingidas, fortalecendo redes de resistência e documentando os impactos socioambientais da proposta. **A luta por uma transição energética justa passa pela demarcação de territórios, a consulta livre, prévia e informada, e o protagonismo das comunidades e povos na definição de seus próprios destinos.** O tema ainda foi discutido em Genebra, em evento paralelo e autônomo ao 13º Fórum da ONU de Empresas e Direitos Humanos, realizado entre dez organizações da sociedade civil, com foco nas violações em complexos logísticos na América Latina.

Além disso, buscando contribuir com o debate público sobre o assunto, a Justiça Global realizou a **campanha digital “É tão verde assim”**, explicando quais são as principais alternativas para a descarbonização da matriz energética mas enfatizando as contradições dos **novos modelos que ainda colocam em risco os direitos humanos e causam danos ambientais**.

DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS

A responsabilização das empresas por violações de direitos humanos e danos ambientais é um dos pilares da atuação da Justiça Global. **Em 2024, aprofundamos nossa incidência sobre marcos regulatórios vinculantes, nacionais e internacionais, capazes de conter abusos corporativos.**

Junto à **Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH)** e outras entidades, organizamos em Brasília um

seminário regional sobre empresas e direitos humanos, reunindo ativistas, juristas e parlamentares da América Latina. Durante o evento, lançamos a **“Agenda Legislativa para a Responsabilidade Legal das Empresas por Abusos de Direitos Humanos e Danos ao Meio Ambiente na América Latina”**, que propõe reformas estruturais no marco legal dos países da região.

A Justiça Global também **participou de rodadas do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Direitos Humanos e Empresas**, composto por 17 órgãos do governo federal. Nessa instância, colaboramos com a formulação de uma nova Política Nacional sobre Empresas e Direitos Humanos, ao lado de uma coalizão da sociedade civil que atua de forma coordenada no Legislativo e no Executivo. O objetivo é fortalecer os instrumentos legais de responsabilização e prevenir novas violações corporativas.

Foto: Ana Mendes/ISA



ALCÂNTARA É QUILOMBOLA

Em 2024, publicamos uma análise crítica do acordo apresentado pelo governo brasileiro sobre a titulação do território quilombola de Alcântara (MA). O compromisso é fruto de uma decisão histórica da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que recomendou a titulação coletiva do território.

A Justiça Global é uma das organizações petionárias do caso e tem atuado para garantir que a reparação ocorra com centralidade das comunidades, respeito aos seus modos de vida e mecanismos de participação plena. O caso de Alcântara reforça a urgência da titulação de territórios quilombolas e da reversão dos impactos gerados por políticas de militarização, como o uso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). A sentença do caso foi publicada em março de 2025, consolidando a vitória de anos de luta e de litigância.

CÚPULA DOS POVOS NO G-20

A Justiça Global integrou a Cúpula dos Povos Frente ao G20, realizada no Rio de Janeiro, como contraponto à reunião de líderes das maiores economias do mundo. O evento reuniu mais de 700 participantes, movimentos populares e organizações da sociedade civil, reafirmando a urgência de alternativas às falsas soluções propostas pelo G20 para as crises global, climática e econômica.

Participamos de mesas e oficinas que denunciaram o papel do G20 na promoção de políticas extrativistas, financeirização da natureza, aumento da desigualdade e criminalização de ativistas. Nossa presença reforça o compromisso com uma perspectiva decolonial, em diálogo com as lutas populares do Sul Global.





Foto: Marcelle Decolme/ADPF

CAMINHOS DE LUTA POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

A Justiça Global tem reunido pesquisadoras e pesquisadores-ativistas para fortalecer o debate sobre justiça socioambiental, ampliar a compreensão de direitos humanos e dar visibilidade a sujeitos e territórios em resistência. Com esse objetivo, a **Coleção Caminhos apresenta obras que registram processos de enfrentamento, especialmente de populações atingidas por grandes empreendimentos.** A estreia ocorreu em 2023 com o livro do jurista quilombola Danilo Serejo, *A Convenção nº 169 da OIT e a questão quilombola: elementos para o debate.*

Em 2024, foram lançados dois novos títulos: *Reparação integral de danos socioambientais e a repetição que se anuncia*, de Layza Queiroz e Carolina Spyer, sobre o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG); e *Histórias e práticas políticas em resistência à Vale S.A.*, de Marina Praça e Larissa Cabral, que resgata 15 anos de lutas contra o modelo extrativista da empresa.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

ADPF DAS FAVELAS

Em 2024, o Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento da ADPF 635 (ADPF das Favelas), apresentada em 2019 pelo PSB. A Justiça Global atuou como *amicus curiae*, com sustentação oral no plenário, ao lado de uma coalizão formada por familiares de vítimas, movimentos de favela, organizações de direitos humanos, ativistas e pesquisadores. **Esta foi a primeira vez que movimentos sociais foram admitidos como amicus curiae em uma ação no STF.**

A ação foi responsável por marcos institucionais de importância fundamental para a **proteção da vida nas favelas, como a restrição às operações policiais durante a pandemia e o avanço da política de uso de câmeras corporais em fardas e veículos.** Em 2025, a decisão de mérito do STF confirmou parte desses avanços, mesmo com diversas limitações reconhecidas pelas organizações da sociedade civil envolvidas.

APOIO ÀS FAMÍLIAS DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLICIAL

Em 2024, acompanhamos julgamentos emblemáticos de assassinatos cometidos por policiais militares, todos lamentavelmente encerrados com absolvições. A Justiça Global prestou apoio direto aos familiares de vítimas de execuções extrajudiciais.

Realizamos, ainda, oficinas de reparação integral com mães e familiares, discutindo medidas de responsabilização do Estado e políticas de não repetição. O acervo construído nesses encontros resultou na publicação de um novo volume da coleção Abrindo Diálogos, periódico da Justiça Global dedicado à sistematização de experiências de enfrentamento às violações de direitos humanos.

OPERAÇÃO VERÃO E ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL CONTRA A JUVENTUDE NEGRA

A Justiça Global participou da audiência de conciliação no STF que debateu os abusos cometidos pela Operação Verão, promovida pelos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro. A ação visava apreender arbitrariamente crianças e adolescentes nas praias da cidade — sem flagrante ou decisão judicial.

A atuação da organização como *amicus curiae*, ao lado da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Instituto Alana e Conectas Direitos Humanos, foi decisiva para que o STF proibisse tais apreensões e reconhecesse o caráter seletivo da operação, voltada contra crianças negras e moradores de favelas.





10 ANOS DEPOIS: AVANÇOS E DESAFIOS NO COMPLEXO PRISIONAL DO CURADO

Em 2024, completaram-se dez anos da determinação de **medidas provisórias pela Corte Interamericana de Direitos Humanos contra violações de direitos no Complexo Prisional do Curado, em Recife (PE)**. Ao lado da atuação de outros atores da sociedade civil, as medidas contribuíram para pressionar o Estado brasileiro a adotar ações urgentes para a garantia da vida e segurança de todas as pessoas no Curado.

Dez anos depois, os efeitos dessas medidas são visíveis, com **avanços na proteção à vida e à integridade física das pessoas privadas de liberdade**. Em 2024, participamos do 18º Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizado em Pernambuco, onde **debateamos os desafios persistentes da tortura, superlotação e negligência estrutural no sistema prisional brasileiro, e os efeitos da decisão da Corte Interamericana que determinou o cômputo em dobro do tempo de pena no Curado**.

O resultado desta década de litigância é a **reformulação completa do Complexo do Curado**, que hoje opera com capacidade compatível, embora ainda com diversos pontos delicados de violações. Os efeitos sistêmicos da decisão para o sistema prisional do estado de Pernambuco também foram amplamente debatidos no encontro.

CONTRIBUIÇÕES PARA ENFRENTAR O RACISMO NO SISTEMA PRISIONAL NO PLANO 'PENA JUSTA'

Durante audiência pública realizada em abril de 2024, **apresentamos 16 propostas estratégicas para o Plano "Pena Justa"**, elaborado pelo Judiciário e Executivo como desdobramento da ADPF 347, que reconhece o Estado de Coisas Inconstitucional nas prisões brasileiras.

Nossas contribuições abordam temas como desencarceramento, combate à tortura, fortalecimento da defensoria pública, responsabilização de agentes públicos e valorização de formas alternativas de justiça. O plano, que foi consolidado no início de 2025, tem tudo para se transformar em um marco

na política prisional e reflete anos de mobilização da sociedade civil.

COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Em 2024, a **Justiça Global** foi eleita, junto a outras 11 organizações, para integrar o **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT)** no período de 2024 a 2026. O Comitê, instituído pelo governo federal em cumprimento ao Protocolo Facultativo à Convenção da ONU Contra a Tortura, é um dos principais espaços de formulação e monitoramento de políticas públicas voltadas à erradicação da tortura no Brasil.

ENFRENTAMENTO DE VIOLAÇÕES NO SOCIOEDUCATIVO

Em 2011, denúncias da Justiça Global e do Centro de Direitos Humanos da Serra sobre maus-tratos, tortura e mortes na Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS), em Cariacica (ES), levaram à primeira resolução da Corte Interamericana exigindo medidas de proteção a crianças e adolescentes privados de liberdade. Após anos de monitoramento, essas medidas resultaram, em 2024, na assinatura de um plano de intenções para uma atuação mais estruturada e integrada entre o Judiciário, o Executivo — federal e estadual — e as organizações peticionárias. O plano trata do uso da força (especialmente armas menos letais), da saúde, da educação, do

sistema de garantias e da execução da política socioeducativa no estado.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

CONDENAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO PELO ASSASSINATO DE ANTONIO TAVARES

A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pela **morte do trabalhador sem-terra Antônio Tavares**, assassinado pela polícia militar em Curitiba, e por violações a diversos membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A petição foi apresentada pela Justiça Global em parceria com o MST e a Terra de Direitos. A decisão estabelece medidas de reparação aos familiares e determina **que crimes cometidos por militares contra civis não devem ser julgados pela Justiça Militar** — um precedente histórico.



DUAS AUDIÊNCIAS SOBRE VIOLÊNCIA NO CAMPO: OS CASOS ALMIR MUNIZ E MANOEL LUIS

O Estado brasileiro voltou ao banco dos réus na Corte IDH para responder por duas graves violações de direitos humanos: o assassinato de Manoel Luiz e o desaparecimento forçado de Almir Muniz, ambos trabalhadores rurais da Paraíba e militantes de movimentos do campo. Atuamos nos casos ao lado da Comissão Pastoral da Terra – Nordeste e da Dignitatis, reforçando a luta contra a impunidade, a violência no campo e a atuação de milícias rurais.

ATUAÇÃO NA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Justiça Global também teve papel de destaque em múltiplas iniciativas junto

à CIDH ao longo de 2024, articulando denúncias, audiências e medidas cautelares com organizações parceiras e povos impactados por violações sistemáticas. Entre as principais ações:

- Ampliação das medidas cautelares em favor do **povo indígena Pataxó, diante da escalada de violência no contexto da demarcação de suas terras**. A decisão da CIDH recomendou ao Estado brasileiro a adoção imediata de medidas que garantam a titulação dos territórios, e a superação definitiva da tese do Marco Temporal;
- **Audiência sobre empresas e direitos humanos, com foco nas responsabilidades das transnacionais** — parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, FIDH e presença de representante da ONU;
- **Audiência sobre clima, territórios e direitos indígenas**, em articulação com a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo;
- Entrega de petição de medidas cautelares em favor de comunidades tradicionais atingidas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA);
- Denúncia sobre violações contra o povo indígena Guarani-Kaiowá, no Mato-Grosso, em agenda realizada em Washington (EUA).



ATUAÇÃO JUNTO À ONU

A Justiça Global **participou ativamente dos fóruns de direitos humanos das Nações Unidas**, denunciando violações sistemáticas e colaborando com mecanismos internacionais de monitoramento. Os temas abordados durante as **sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU** refletiram a amplitude e complexidade da conjuntura brasileira: violência política e eleitoral, violência contra povos indígenas, combate à tortura no sistema prisional, racismo algorítmico e uso discriminatório de reconhecimento facial, crimes ambientais e impactos em comunidades tradicionais.

Contribuímos, ainda, com relatórios, denúncias e articulações internacionais, incluindo:

Subsídios às relatorias da ONU:

- Mary Lawlor – relatora especial sobre a situação das pessoas defensoras de direitos humanos;

- Ashwini K.P. – relatora especial sobre formas contemporâneas de racismo;
- Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes para a Igualdade Racial na Aplicação da Lei.

Denúncias apresentadas à ONU e à OEA:

- Assassinato da liderança e pajé indígena (grifar até aqui) Fátima Muniz de Andrade (Nega Pataxó) em ataque do grupo Invasão Zero;
- Alerta internacional sobre a **formação de milícias rurais**, como o grupo “Invasão Zero”, formado por fazendeiros e policiais;
- Denúncia da **repressão policial na desocupação estudantil** na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ocorrida em setembro de 2024, com uso desproporcional da força pela Polícia Militar do Rio de Janeiro.



4. Nós não andamos sós

QUEM APOIA O NOSSO TRABALHO

Nossa trajetória, marcada por resistência, reinvenção e coragem, **só se sustenta porque há parceiros que confiam, apoiam e compartilham dos nossos princípios.** Cada denúncia internacional, cada audiência, cada publicação, missão ou ação direta em defesa dos direitos humanos é viabilizada por uma rede de apoios que acredita na força do nosso trabalho e na urgência de transformações profundas.

Em 2024, contamos com o apoio de instituições e organizações nacionais e internacionais que acreditaram no nosso compromisso com a justiça social, ambiental, racial e de gênero, e confiaram em nossa capacidade de incidir nos espaços locais e globais com impacto e coerência.

A todas elas, o nosso reconhecimento e agradecimento:

- Ford Foundation;

- Open Society Foundations;
- Fundo Brasil de Direitos Humanos;
- Fundação Heinrich Böll Stiftung;
- ProtectDefenders.eu;
- Accountability Accelerator;
- World Resources Institute (WRI);
- Cultures of Resistance;
- Embaixada da Nova Zelândia no Brasil;
- FIDH – Federação Internacional dos Direitos Humanos;
- Ômega Research Foundation;

Sem esse apoio plural, sensível e comprometido, não seria possível manter a continuidade e a ousadia de nossas ações. Seguimos honrando essa confiança com transparência, responsabilidade e coragem — certos de que, **na luta por direitos, a caminhada é coletiva e solidária.**

5. Transformando lutas locais em caminhos globais

NOSSA APOSTA NO FUTURO

O mundo em que vivemos atravessa uma encruzilhada histórica. O avanço da extrema-direita é intensificado pelo captura da esfera das tecnologias de informação e comunicação, que contribuem para a disseminação do discurso de ódio, se amplia a militarização da vida cotidiana e recrudescem as desigualdades que estruturam as relações sociais, ambientais e econômicas. As instituições democráticas são corroídas por dentro, enquanto as catástrofes climáticas se acumulam e atingem de modo desproporcional povos e populações historicamente vulnerabilizados — indígenas, quilombolas, negras/os, periféricos, empobrecidos.

Diante deste cenário, qual papel cabe aos direitos humanos? Frente à complexidade dos desafios contemporâneos, é preciso ir além da denúncia: reinventar, reconectar, redimensionar os direitos humanos a partir dos territórios, dos saberes populares, das lutas coletivas e das realidades concretas.

A Justiça Global encara esse desafio com seriedade e coragem. Sabemos que os marcos tradicionais do campo dos direitos humanos já não respondem plenamente às urgências do presente. **Descolonizar os direitos humanos é reconhecer as marcas do**

colonialismo que ainda estruturam o sistema de justiça, a política e o desenvolvimento, e afirmar outras formas de viver, existir, produzir conhecimento e promover justiça.

Nos comprometemos com a valorização de saberes, estratégias e soluções que emergem dos povos, comunidades e movimentos.

Essa escuta ativa e respeito profundo às experiências locais orientam nossas ações para transformar estruturas opressoras a partir das práticas de quem resiste na base.

Seguiremos firmes no enfrentamento à militarização, à violência institucional e ao avanço da extrema direita, com estratégias que combinem incidência jurídica, articulação internacional e mobilização política. A democracia que defendemos é antirracista, anticapacitista, antisexistista, anticapitalista, feminista e decolonial.

Mais do que reagir às violações, queremos propor caminhos. Nossa atuação nos próximos anos será marcada pela ousadia de imaginar novos horizontes de justiça, em diálogo com a ecologia de saberes de cada território e com formas coletivas de cuidar da vida. **É tempo de criar o que ainda não existe.**



JUSTIÇA GLOBAL

lutas locais,
caminhos globais

Av. Presidente Wilson, 165, sala 1108

CEP 20.030-904

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

+55 (21) 2544-2320

contato@global.org.br

justicaglobal.org.br

